

Caso Bauru revela conflito de gerações indigenistas

MEMÉLIA MOREIRA

Repórter do Gacursal de Brasília

A crise na delegacia da Funai em Bauru, que ainda não está encerrada, é um conflito entre duas gerações de sertanistas. De um lado, a geração Villas-Boas, esses valorosos homens que criaram o Parque Indígena do Xingu, imprimindo sua marca no indigenismo brasileiro, e todos com idade mínima de 60 anos. Do outro, Porfírio Carvalho, Odenir Pinto de Oliveira, mais jovens, com idade média de 30 anos, a geração que conheceu a agressiva redução dos territórios indígenas e se preocupa com a conscientização política dos caciques.

A primeira geração, integrada pelos mais velhos, sente saudades do "índio bom", do índio que ainda não havia descoberto seus direitos, não conhecia as leis e que, principalmente, ainda não aprendera a manejar a língua do invasor branco. A nova geração — menos célebre porque se embrenhar nas matas perdeu o sabor da aventura a partir das estradas — está diante de uma realidade inegável: os índios são tão bons ou maus quanto os brancos, ou seja, são pessoas e, por isso, com necessidades não apenas de comer, mas também de participar de sua própria história.

Em meio a tudo isso, o problema da autodeterminação. Os mais velhos não conseguem assimilar a idéia de que as nações indígenas brasileiras estão em plena caminhada que fatalmente desembocará na autodeterminação. Essa palavra não consta do dicionário dos sertanistas mais velhos. E por não aceitar a tomada de consciência dos líderes e menos ainda sua participação na política indigenista, eles não admitem a existência de um xavante na Câmara dos Deputados, um terena na chefia de gabinete da Funai e um caipó dirigindo um território indígena. Essas funções, na mentalidade antiga, são próprias do branco, ocidental, superior. Não perceberam a mudança dos tempos e tentam recuperar a imagem que eles mesmo fabricaram dos índios: pintados, dançando, obedecendo os gritos do "pai branco". A imagem do "paraíso".

Irreversível

Mas a politização dos índios é irreversível, como irreversível tam-

bém o fato de que, aos poucos, cabe a eles o controle do órgão governamental destinado a protegê-los. O atual presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, não é a "salvação da pátria", mas percebeu que não poderia dirigir sem o apoio dos líderes e teve a coragem de assumir os novos tempos, chamando os índios para administrar o órgão.

A reação não tardou. Alvaro Villas-Boas fez seu protesto, acusou índios, antropólogos e todos aqueles que vivem a nova época. Apenas traduziu a mentalidade de sua geração, criando um problema difícil para embarçar o novo presidente, que pretende introduzir algumas mudanças inadmissíveis para os mais velhos.

Além dessa briga do novo contra o velho, a crise de Bauru revela ainda um fato triste: é fácil arregimentar índios. Depois de tantos anos, séculos de sofrimento e espoliação, eles se apegam ao primeiro que lhes proporciona uma forma, qualquer forma de protesto, mesmo que esse protesto seja para defender um representante.

Riscos

O movimento continua. Bauru não é um caso encerrado e pode se transformar em uma luta de índios contra índios. Da mesma forma que meia dúzia de funcionários reuniram um numeroso grupo de caingangues e guaranis, outros índios, temendo o retorno, poderão reunir um número igual ou superior aos rebeldes de Bauru.

Os índios do Xingu, entre eles o cacique Raoni, que há muito tempo deixaram de ser "índios bons", chegam hoje a Brasília. Eles não querem perder os direitos mínimos que adquiriram na guerra, entre eles, o direito de terem como administrador do parque um índio, Megaron. Outros grupos também pretendem vir à capital para defender não o presidente da Funai, Jurandy Fonseca, mas a manutenção de um novo tempo no qual eles têm esperança de que suas vidas melhorem.

Os rebeldes também querem vir a Brasília e o chefe de gabinete da Funai, o índio Marco Terena, vai precisar de toda sua habilidade para evitar o maior risco dessa crise: enfrentamento de índio.

Índios continuam na delegacia

Do correspondente em Bauru

Apesar da extinção da Delegacia da Funai em Bauru, por determinação do presidente da entidade, Jurandy Marcos da Fonseca, cerca de 200 índios, mesmo aborrecidos e irritados, pretendem continuar ocupando a casa, enfrentando dificuldades como o corte da linha telefônica pela Telesp e problemas de acomodação.

O prefeito de Bauru, Toga Ange-rami, forneceu alimentos para mais três dias, enquanto alguns caciques retornaram à suas tribos para conseguir reforço de alimentos.

Os índios acampados na delegacia pretendem conseguir com que o ministro do Interior, Mário Andreazza, venha a Bauru para iniciar conversações a respeito da reivindicação do grupo, que representa as aldeias indígenas do Estado de São Paulo e norte do Paraná.

Continuam mantendo o esquema de organização com uma equipe de segurança na frente do imóvel, além da exigência de identificação para os

jornalistas que querem entrar e muitas vezes uma negativa é transmitida sem nenhuma habilidade.

O deputado estadual Abraim Dabus, o deputado federal Alcides Franciscato e o vereador bauruense Francisco Dal Medico hipotecaram solidariedade ao movimento de protesto dos índios. Em contato com Bauru, Alcides Franciscato lamentou que não tivesse sido solicitado a tempo de evitar o agravamento do fato que culminou com a extinção da Funai-Bauru.

O bispo diocesano de Bauru, dom Cândido Padim, disse que "o problema do índio é de caráter nacional e para poder compreender a situação, é preciso entender toda a sistemática de tratamento com relação ao indígena".

Acrescentou dom Padim que é difícil entender como o representante do governo federal, no caso da Funai, trate de assuntos ligados aos índios sem se preocupar em consultar os mesmos, e isso, "é um erro de raiz que começa no tratamento jurídico dos índios".